

### RELATÓRIO DE CONTAS Nº 58/2019 - DICIG/COICA/SUBCI/CGDF

Unidade : Administração Regional de Planaltina

**Assunto**: Tomada de Contas Anual

Exercício: 2016

### 1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Subcontroladoria de Controle Interno da Controladoria-Geral do Distrito Federal realizou auditorias que envolveram a Unidade e o exercício sob análise, não foi necessária a realização de auditoria específica para compor as contas da Unidade.

Dessa forma, este relatório apresentará apenas a execução orçamentáriofinanceira da Unidade, a análise das peças processuais das Contas apresentadas pelos gestores, a consolidação dos pontos identificados nos outros relatórios elaborados para o período, os quais seguirão em anexo, e a avaliação de eficácia e eficiência por gestão.

Os documentos elaborados pela CGDF, e já publicados anteriormente, utilizados na composição desse Relatório de Contas foram os seguintes:

- Relatório de Inspeção nº 25/2018 DINOE/COLES/SUBCI/CGDF;
- Relatório de Inspeção nº 12/2019 DINTI/COLES/COGEI/SUBCI/CGDF;
- Relatório de Auditoria nº 02/2016 DIRFA/CONAP/SUBCI/CGDF.

Além disso, também foram utilizados os seguintes trabalhos, referentes ao exercício de 2016 e à Unidade em Comento, elaborados pela Secretaria de Estado de Fazenda e encaminhados a esta CGDF por intermédio do sistema do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e-Contas:

- Relatório Contábil Anual SEF;
- Relatório de Inventário Patrimonial
  - Relatório de Bens Móveis n.º 27/2017:
- Relatório de Bens Imóveis n.º 27/2017.



## 2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Na tabela a seguir é apresentada a execução orçamentário-financeira da unidade para o período sob análise.

TABELA 1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

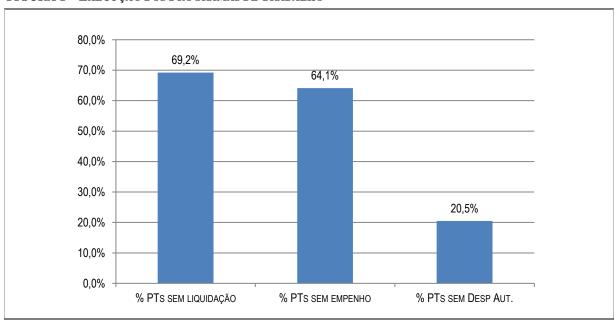
TIPO PROGRAMA	DOT. INICIAL (A)	DESP. AUT. (B)	% (B/A)	EMPENHADO (C)	% (C/B)	LIQUIDADO (D)	% (D/C)	RPNP (E)	% (E/C)
OPERAÇÃO ESPECIAL	68.000	95.000	139,7%	79.018	83,2%	79.018	100,0%	0	0,0%
PROGRAMA DE GESTÃO	10.545.918	9.002.482	85,4%	8.460.359	94,0%	8.386.959	99,1%	73.400	0,9%
PROGRAMA TEMÁTICO	9.640.000	3.158.858	32,8%	1.634.555	51,7%	834.460	51,1%	800.095	48,9%
TOTAL	20.253.918	12.256.341	60,5%	10.173.932	83,0%	9.300.437	91,4%	873.496	8,6%

FONTE: SIGGO/MICROSTRATEGY - EXTRAÍDO EM 30/04/2019.

### 2.1 ELEVADA QUANTIDADE DE PROGRAMAS DE TRABALHO SEM EXECUÇÃO

Na figura a seguir são apresentadas estatísticas relacionadas a execução dos Programas de Trabalho cadastrados na Lei Orçamentária Anual para a Unidade sob análise.

FIGURA 1 – EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS EXTRAÍDOS DO SIGGO/MICROSTRATEGY EM 30/04/2019.



Verifica-se que o percentual da Despesa Autorizada empenhada foi de 83,0%, e 64,1% dos Programas de Trabalho - PTs finalizaram o exercício sem empenhos, o que evidencia sérias deficiências no processo de planejamento orçamentário da Unidade.

#### Causa

Inclusão, na Lei Orçamentária Anual – LOA, de Programas de Trabalho sem prerrogativas técnicas para execução;

### Consequência

Desperdício orçamentário pela manutenção de Dotação em Programas de Trabalho sem empenho.

### Recomendação

Reavaliar o processo de planejamento orçamentário com vistas a não incluir Programas de Trabalho sem os elementos técnicos (Projeto Básico, Termo de Referência, etc) necessários à sua execução.

### **EXAME DAS PEÇAS PROCESSUAIS**

Constam no Sistema e-Contas os documentos e informações exigidas pelo art. 10 da Instrução Normativa n.º 02/2016 do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Fone: (61) 2108-3326

# 4 CONSTATAÇÕES REFERENTES AO PERÍODO

Na tabela a seguir são apresentadas as constatações constantes de relatórios e inspeções que envolveram a unidade e o período sob análise.Os documentos citados seguem em anexo ao presente Relatório.

TABELA 2 – RESULTADOS DE AUDITORIAS E INSPEÇÕES

Dосименто	Constatação				
DOCUMENTO	GESTÃO	SUBITEM	Descrição	RECOMENDAÇÕES	DA FALHA
ESTE RELATÓRIO	ORÇAMENTÁRIA	2.1	ELEVADA QUANTIDADE DE PROGRAMAS DE TRABALHO SEM EXECUÇÃO	1. REAVALIAR O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO COM VISTAS A NÃO INCLUIR PROGRAMAS DE TRABALHO SEM OS ELEMENTOS TÉCNICOS (PROJETO BÁSICO, TERMO DE REFERÊNCIA, ETC) NECESSÁRIOS À SUA EXECUÇÃO.	MÉDIA
RI 25/2018 - DINOE	SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	1.1	FRACIONAMENTO DE DESPESA PARA ENQUADRAR LICITAÇÕES NA MODALIDADE CONVITE	A) INSTAURAR PROCEDIMENTO APURATÓRIO DE RESPONSABILIZAÇÃO PELO FRACIONAMENTO DE DESPESAS, EM DESRESPEITO AO ART. 23, INCISO I, ALÍNEA "A", E § 5° DA LEI N° 8.666/1993; B) CRIAR PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO - POP, PORTARIA, INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERNA, CHECKLIST OU QUALQUER DOCUMENTO CONGÊNERE QUE TENHA A FINALIDADE DE AVALIAR AS CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DO PONTO DE VISTA DO FRACIONAMENTO DE DESPESA.	GRAVE
RI 25/2018 - DINOE	SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	1.2	LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO SEM O RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA	A) ÎNSTAURAR PROCEDIMENTO APURATÓRIO DE RESPONSABILIZAÇÃO PELA AUSÊNCIA DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS DOS CONTRATOS NOS 1/2015, 1/2016, 2/2016, 3 /2016, 4/2016 E 6/2016, CONFORME ART. 73, INCISO I, ALÍNEA "B", DA LEI N° 8.666/1993, E PELA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DA ÚLTIMA FATURA DESSES CONTRATOS SEM A REGULAR LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, CONFORME ART. 63, § 2°, INCISO III, DA LEI N° 4.320/1964 E ART. 61, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO DISTRITAL N° 32.598/2010; B) CRIAR PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO - POP, PORTARIA, INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERNA, CHECKLIST OU QUALQUER DOCUMENTO CONGÊNERE PARA QUE, NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PROCEDA-SE À REGULAR LIQUIDAÇÃO DA DESPESA ANTES DA AUTORIZAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DA ÚLTIMA FATURA, CONSUBSTANCIADA, ENTRE OUTROS DOCUMENTOS, PELA EMISSÃO	GRAVE

TABELA 2 – RESULTADOS DE AUDITORIAS E INSPEÇÕES

				DO ATESTADO DE EXECUÇÃO E DOS TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO, CONFORME DECRETO DISTRITAL N° 32.598/2010, ART. 61, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS III E IV; C) PROMOVER O RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS OBJETOS DOS CONTRATOS NOS 1 /2015, 1/2016, 2/2016, 3/2016, 4/2016 E 6/2016, NOS TERMOS DO ART. 73, INCISO I, ALÍNEA "B", DA LEI N° 8.666/93, E ART. 41, § 5°, INCISO VIII, DO DECRETO DISTRITAL N° 32.598/2010.	
RI 12/2019 – DINTI	CONFORMIDADE	1.3	AUSÊNCIA DE PREPOSTO DURANTE A FASE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	• EXIGIR DA CONTRATADA A INDICAÇÃO DE PREPOSTO PARA ATUAR NO CONTRATO N° 01 /2015-RAVI, O QUAL DEVERÁ SER FORMALMENTE DESIGNADO PARA SERVIR COMO INTERLOCUTOR JUNTO À ADMINISTRAÇÃO.	MÉDIA
RA 02/2016 – DIRFA	PESSOAL	1.6	IRREGULARIDADE NA DEVOLUÇÃO DO ADIANTAMENTO DE REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS	PROVIDENCIAR A DEVOLUÇÃO DO SALDO QUE SE MOSTROU PENDENTE.     ACOMPANHAR OS SALDOS DOS ADIANTAMENTOS PELA TELA DO SIGRH CADRFR.	MÉDIA
RELATÓRIO CONTABIL ANUAL - SEF	Contábil	-	1. ATIVO – SALDOS A REGULARIZAR 2. PASSIVO – OBRIGAÇÕES PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO; 3. ATOS POTENCIAIS ATIVOS DIVERSOS – CONTRATOS/CONVÊNIOS COM PRAZO DE VIGÊNCIA EXPIRADO COM SALDO A REGULARIZAR.	DESIGNAR EM ATÉ 30 DIAS COMISSÃO QUE PROMOVA GESTÕES PARA REGULARIZAR OS SALDOS CONTÁBEIS DE FORMA A MANTER OS REGISTROS DE ACORDO COM AS NORMAS E A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES;	Média
RELATÓRIO DE BENS MÓVEIS N.º 27/2017 - SEF	Patrimonial	-	1.1 BENS NÃO LOCALIZADOS - CÓDIGO 027.96.00.00.00 SISGEPAT  2.BENS EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL/TCE - CÓDIGO 027.99.00.00.00 SISGEPAT  3. IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DOS BENS  4. 02 POLTRONAS DE AUDITÓRIO (TOMBAMENTOS N 0 S 01100.000.736 E	CONTIDAS NA RESOLUÇÃO NO 102/98-TCDF, EM ESPECIAL:  § 3°, DO ART. 1° - A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, DEVERÁ, NO PRAZO MÁXIMO E IMPRORROGÁVEL DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DO CONHECIMENTO DO FATO, ADOTAR PROVIDÊNCIAS OBJETIVANDO REGULARIZAR A SITUAÇÃO (LOCALIZAR O BEM OU REPARAR O DANO).  § 10, DO ART. 30 - A ADMINISTRAÇÃO DEVE DETERMINAR, PREFERENCIALMENTE, A REPOSIÇÃO DO BEM, EM LUGAR DO SIMPLES RESSARCIMENTO DE SEU VALOR.  § 4°, DO ART. 10 - NÃO HAVENDO A REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO OU A REPARAÇÃO DO DANO NO PERÍODO	Média

01100.000.870) ENCONTRADAS EM LOCAL INAPROPRIADO	SOLIDÁRIA, DEVERÁ INSTAURAR TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, SEM PREJUÍZO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DISCIPLINARES CABÍVEIS.  CASO A SITUAÇÃO NÃO SEJA REGULARIZADA NO PRAZO ACIMA ESTIPULADO A UNIDADE ADMINISTRATIVA DEVERÁ AUTUAR A DOCUMENTAÇÃO, ALTERAR O REGISTRO DOS BENS NO SISGEPAT, PASSANDO-OS PARA O CÓDIGO 027.99.00.00 - BEM EM PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. A INSTAURAÇÃO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL SERÁ REALIZADA NA FORMA ESTABELECIDA PELO DECRETO N 0 37.096, DE 02/02/2016.	
	2. SOLICITAMOS VERIFICAR SE A TOMADA DE CONTA ESPECIAL JÁ SE ENCONTRA CONCLUÍDA. EM CASO AFIRMATIVO, ENCAMINHAR OS PROCESSOS A ESTA COORDENAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DOS BENS NELE ARROLADOS.	
	3 MOVIMENTAÇÃO ÎNFORMAL DE BENS - QUANTO À CONSTATAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO INFORMAL DE BENS ENTRE ÓRGÃOS USUÁRIOS, SUGERIMOS QUE O AGENTE SETORIAL DE PATRIMÔNIO DESSA UNIDADE ADMINISTRATIVA COMUNIQUE FORMALMENTE A IRREGULARIDADE AOS TITULARES DESSES ÓRGÃOS, ORIENTANDO-OS SOBRE OS PROCEDIMENTOS LEGAIS.  - BENS NÃO INCORPORADOS SENDO UTILIZADOS NA UNIDADE - A UNIDADE DEVERÁ PROVIDENCIAR A INCORPORAÇÃO DESSES BENS.	
	- BENS SEM PLAQUETA DE TOMBAMENTO - SOLICITAMOS QUE SE FAÇA UMA AVALIAÇÃO CRITERIOSA VISANDO IDENTIFICAR A ORIGEM DESSES BENS BENS SEM TOMBAMENTO (PLAQUETAS EXTRAVIADAS) - SOLICITAMOS RELACIONAR OS BENS NO SISGEPAT, CONFIRMAR SE SÃO OS MESMOS APONTADOS NO LEVANTAMENTO E, EM CASO AFIRMATIVO, SOLICITAR A ESTA COORDENAÇÃO POR MEIO DE OFÍCIO A EMISSÃO DA 2A VIA DAS PLAQUETAS. SOLICITAMOS AINDA QUE ESSE ÓRGÃO SETORIAL DE PATRIMÔNIO MANTENHA RIGOR NO RECEBIMENTO E AFIXAÇÃO IMEDIATA DAS PLAQUETAS DE TOMBAMENTO NOS BENS, BEM COMO EXIJA DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS ZELAR POR MANTÊ-LAS	
	AFIXADAS BENS DE PARTICULARES SENDO UTILIZADOS NA UNIDADE ADMINISTRATIVA - NO RELATÓRIO DA COMISSÃO INVENTARIANTE CONSTA A INFORMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE BENS PARTICULARES SENDO UTILIZADOS NA UNIDADE ADMINISTRATIVA. ÎNFORMAMOS QUE NÃO HÁ PREVISÃO NO DECRETO N 0 16.109/1994 QUE REGULAMENTE TAL SITUAÇÃO. RECOMENDAMOS A UNIDADE QUE PROCURE ORIENTAR OS SERVIDORES A EVITAR O USO DE BENS PARTICULARES DENTRO DO ÓRGÃO PÚBLICO.	

I ABELA 2 – K	ESULTADOS DE AUDITORI	E INSPEÇUES
		4. RESSALTAMOS QUE DE ACORDO COM O ART. 16, DO DECRETO N° 16.109/94 O RESPONSÁVEL POR BEM PATRIMONIAL É OBRIGADO A GUARDÁ-LO EM LOCAL APROPRIADO E SEGURO, DE FORMA A EVITAR OCORRÊNCIA DE DANO, EXTRAVIO OU SUBTRAÇÃO POR QUALQUER FORMA, EXERCENDO VIGILÂNCIA SOBRE SUA UTILIZAÇÃO. ESSA MESMA OBSERVAÇÃO, VALE PARA OS BENS QUE FORAM ENCAIXOTADOS NO MUSEU TENDO EM VISTA QUE, O PRÉDIO DA ANTIGA PREFEITURA (TEI 3/71) FOI INTERDITADO PELA DEFESA CIVIL.  COM RELAÇÃO ÀS NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL REITERAMOS OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ART. 26, DO DECRETO N 0 16.109/94 - DA TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE AO TITULAR DO ÓRGÃO USUÁRIO - NO SENTIDO DE TRANSFERIR A RESPONSABILIDADE PELA GUARDA E USO DOS BENS PATRIMONIAIS AOS TITULARES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS SEMPRE ATRAVÉS DE TERMO DE GUARDA E RESPONSABILIDADE - TGR, BEM COMO REGISTRANDO A LOCALIZAÇÃO DO BEM NO SISTEMA GERAL DE PATRIMÔNIO - SISGEPAT.
		RECOMENDAMOS QUE OS BENS OCIOSOS SEJAM REGISTRADOS, NO SISGEPAT, NO CÓDIGO ESPECÍFICO - 027.95.00 BENS OCIOSOS - PARA QUE SEJAM DISPONIBILIZADOS PARA AS DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E QUE OS BENS QUE NÃO APRESENTAREM CONDIÇÕES DE USO SEJAM RECOLHIDOS JUNTO À COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO ANTES DE SEU SUCATEAMENTO. INFORMAMOS QUE PARA RECOLHER ESSES BENS JUNTO A COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO/SEPLAG, A UNIDADE DEVERÁ ALTERAR O REGISTRO, NO SISGEPAT, PARA A LOCALIDADE BENS RECOLHIDOS PARA ALIENAÇÃO - CÓDIGO 062.98.00.00.00. APÓS O RECOLHIMENTO, A IA VIA DO TERMO DE RECOLHIMENTO DE BENS MÓVEIS - TRBM, DEVIDAMENTE ASSINADA PELAS PARTES, DEVERÁ SER ENCAMINHADA A ESTA COORDENAÇÃO PARA O REGISTRO DA TRANSFERÊNCIA DOS BENS NO SISGEPAT.
		AS MEDIDAS RECOMENDADAS, NOS ITENS 1.1, 2, 3 E 4, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, DEVERÃO SER ADOTADAS PELO ÓRGÃO SETORIAL DE PATRIMÔNIO E COMUNICADAS A ESTA COORDENAÇÃO GERAL DE PATRIMÔNIO - COPAT, VISANDO DAR CIÊNCIA NO PROCESSO DE INVENTÁRIO PATRIMONIAL A SER ANALISADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.
		ASSIM SENDO E, TENDO EM VISTA QUE O PRESENTE INVENTÁRIO ESTÁ DE ACORDO COM O PRECONIZADO NO § IO, DO ART. 148, DA RESOLUÇÃO N°. 38/90 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, A PRESENTE DOCUMENTAÇÃO ESTÁ EM CONDIÇÕES DE SER ENCAMINHADA À COORDENAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS - COTOC/SUCON, PARA SER ANEXADA AO PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS DO ORDENADOR DE DESPESA.

TABELA 2 – RESULTADOS DE AUDITORIAS E INSPEÇÕES

RELATÓRIO DE BENS IMÓVEIS N.º 27/2017 - SEF	Patrimonial	1.1 IMÓVEIS QUE SE ENCONTROCUPADOS POR TERCEIROS  1.2 EDIFICAÇÕES QUE SE ENCONTREM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO  1.3 EDIFICAÇÕES/OBRAS QUE NE FORAM ENCONTRADAS.  2. BENS IMÓVEIS NÃO INCORPORADO  2.1IMÓVEIS A REGULARIZAR/CÓDIGO  2.1.1. EDIFICAÇÕES QUE SE ENCONTREM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO  2.1.2 EDIFICAÇÕES/OBRAS QUE NE FORAM ENCONTRADAS  2.2 OBRAS EM ANDAMENTO/CÓDIGO SE	DISTRITO FEDERAL.  NO TOCANTE ÀS IGREJAS, SOLICITAMOS QUE SE VERIFIQUE JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DO DF ACERCA DOS ASPECTOS JURÍDICOS A SEREM OBSERVADOS PERANTE AS LEIS COMPLEMENTARES N°S 806 (DECLARADA PARCIALMENTE INCONSTITUCIONAL PELA ADI N.° 2010.00.2.014347), DE 12/06/2009 E 834, DE 6/7/2011, BEM COMO O DECRETO N° 35.738, DE 18/08/2014.  1.2 DAR CONHECIMENTO AO TITULAR DA UNIDADE ADMINISTRATIVA PARA QUE ADOTE MEDIDAS NECESSÁRIAS QUE GARANTAM O BOM ESTADO DE USO E EVITEM PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO, EM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO E DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO INTRODUZIDO PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LEI COMPLEMENTAR N°. 101, ARTIGOS 44 E 45.  1.3 PEDIMOS QUE SEJA FEITA NOVA VERIFICAÇÃO "IN LOCO" A FIM DE INFORMAR A REAL SITUAÇÃO. EM CASO DE NÃO LOCALIZAÇÃO, PEDIMOS QUE O OCORRIDO SEJA COMUNICADO AO TITULAR DESSA UNIDADE ADMINISTRATIVA, A FIM DE QUE NOS INFORME SE AS EDIFICAÇÕES/OBRAS FORAM REALIZADAS EM LOCAL DISTINTO OU DEMOLIDAS. NO CASO DE NOVO ENDEREÇAMENTO, ENVIAR PROCESSO DA OBRA COM AS INFORMAÇÕES E JUSTIFICATIVAS PARA A MUDANÇA, A FIM DE PROCEDERMOS COM AS DEVIDAS ALTERAÇÕES NO SISGEPAT. EM CASO DE DEMOLIÇÃO, APRESENTAR AS JUSTIFICATIVAS PARA A REALIZAÇÃO DO ATO, TENDO EM VISTA O QUE ESTABELECE A RESOLUÇÃO N° 102/98 DO TCDF E O ART. 48 DO DECRETO N° 16.109. O § 30 DESSE MESMO ARTIGO PREVÊ AINDA QUE O	MÉDIA
---	-------------	--	---	-------

THE PERIOD TO BE HOUSE	
	2.1 RESSALTAMOS QUE A INCORPORAÇÃO DO IMÓVEL SERÁ EFETIVADA À VISTA DA CERTIDÃO CARTORIAL EM NOME DO DISTRITO FEDERAL; CARTA DE HABITE-SE; TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA; DOCUMENTO DE QUE CONSTE O VALOR GLOBAL DA OBRA - NOTA DE EMPENHO E MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA. EM SE TRATANDO DE CONSTRUÇÕES DE MOBILIÁRIO URBANO, COMO ABRIGOS NAS PARADAS DE ÓNIBUS, PASSARELAS PARA PEDESTRES E ASSEMELHADOS, SERÁ DISPENSADA A EXIGÊNCIA DE HABITE-SE E DOCUMENTO QUE COMPROVE A PROPRIEDADE DO TERRENO.
	2.1.1 DAR CONHECIMENTO AO TITULAR DA UNIDADE ADMINISTRATIVA PARA QUE ADOTE MEDIDAS NECESSÁRIAS QUE GARANTAM O BOM ESTADO DE USO E EVITEM PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO, EM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO E DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO INTRODUZIDO PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LEI COMPLEMENTAR N°. 101, ARTIGOS 44 E 45.
	2.1.2 PEDIMOS QUE SEJA FEITA NOVA VERIFICAÇÃO "IN LOCO" A FIM DE INFORMAR A REAL SITUAÇÃO. EM CASO DE NÃO LOCALIZAÇÃO, PEDIMOS QUE O OCORRIDO SEJA COMUNICADO AO TITULAR DESSA UNIDADE ADMINISTRATIVA, A FIM DE QUE NOS INFORME SE AS EDIFICAÇÕES/OBRAS FORAM REALIZADAS EM LOCAL DISTINTO OU DEMOLIDAS. NO CASO DE NOVO ENDEREÇAMENTO, ENVIAR PROCESSO DA OBRA COM AS INFORMAÇÕES E JUSTIFICATIVAS PARA A MUDANÇA, A FIM DE PROCEDERMOS COM AS DEVIDAS ALTERAÇÕES NO SISGEPAT. EM CASO DE DEMOLIÇÃO, APRESENTAR AS JUSTIFICATIVAS PARA A REALIZAÇÃO DO ATO, TENDO EM VISTA O QUE ESTABELECE A RESOLUÇÃO N° 102/98 DO TCDF E O ART. 48 DO DECRETO N° 16.109. O § 30 DESSE MESMO ARTIGO PREVÉ AINDA QUE O PROCESSO DE APURAÇÃO APÓS A CONCLUSÃO DEVE SER ENCAMINHADO A ESTA COORDENAÇÃO.
	2.2. SOLICITAMOS QUE SEJA ENCAMINHADO A ESTA COORDENAÇÃO O PROCESSO DA OBRA DIGITALIZADO COM DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INCORPORAÇÃO DOS INVESTIMENTOS: CERTIDÃO CARTORIAL EM NOME DO DISTRITO FEDERAL; CARTA DE HABITE-SE; TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA; DOCUMENTO DE QUE CONSTE O VALOR GLOBAL DA OBRA - NOTA DE EMPENHO E MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA. EM SE TRATANDO DE CONSTRUÇÕES DE MOBILIÁRIO URBANO, COMO ABRIGOS NAS PARADAS DE ÔNIBUS, PASSARELAS PARA PEDESTRES E ASSEMELHADOS, SERÁ DISPENSADA A EXIGÊNCIA DE HABITE-SE E DOCUMENTO QUE COMPROVE A PROPRIEDADE DO TERRENO.



	AS MEDIDAS RECOMENDADAS NOS ITENS SUPRACITADOS DEVERÃO SER ADOTADAS PATRIMÔNIO E COMUNICADAS A ESTA COORDENAÇÃO GERAL DE PATRIMÔNIO	, VISANDO DAR CIÊNCIA NO	
	Processo de Inventário Patrimonial a ser analisado pelo Tribunal de Con	ITAS DO DISTRITO FEDERAL.	

Verifica-se que foram apontados, para o período sob análise, 06 (seis) falhas médias e 02 (duas) falhas graves.

Diretoria de Inspeção de Contas nas Áreas de Infraestrutura e Governo – DICIG Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 14º andar, sala 1406 – CEP 70075-900 – Brasília/DF Fone: (61) 2108-3326



### EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

Os exames foram realizados por meio de amostragem, com o julgamento fundamentado na documentação comprobatória dos atos e fatos praticados nas referidas gestões e pelas informações obtidas no Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGo).

Conforme disposto, é apresentado a seguir a aferição da eficiência e eficácia das gestões orçamentária, financeira, patrimonial e contábil referente à Tomada de Contas Anual da Administração Regional de Planaltina:

TABELA 3 – EFICIÊNCIA E EFICÁCIA POR GESTÃO

	GRAU DE EFICÁCIA	GRAU DE EFICIÊNCIA
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	EFICAZ	Eficiente
GESTÃO FINANCEIRA	RAZOAVELMENTE EFICAZ	Pouco Eficiente
GESTÃO PATRIMONIAL	EFICAZ	Eficiente
GESTÃO CONTÁBIL	EFICAZ	Eficiente

### CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados e considerando as demais informações, considera-se que o Relatório está apto para a certificação, em obediência ao Decreto nº 33.215/2012, alterado pelo Decreto nº 37.091/2016.

Brasília, 10 de maio de 2019.

CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Fone: (61) 2108-3326